

## O CONSUMO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: UM OLHAR DE GÊNERO E RAÇA

### **Luana Passos**

Assessora especial da ministra do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), cedida pelo Centro das Humanidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob); e pesquisadora da Sociedade de Economia da Família e do Gênero (GeFam). *E-mail:* luanapassos\_s@hotmail.com.

### **Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa**

Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea); e pesquisadora da GeFam. *E-mail:* ana.barbosa@ipea.gov.br.

### **Danielle Carusi Machado**

Professora associada da Faculdade de Economia e pesquisadora do Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento (Cede), ambos da Universidade Federal Fluminense (UFF); e pesquisadora da GeFam. *E-mail:* dani\_carusi@hotmail.com.

### **Luciana Alves dos Santos**

Analista do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *E-mail:* luh.alves@gmail.com.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td3034-port>

É uma constatação empírica recorrente, em diversos países e em diversos momentos históricos, a de que a participação das despesas com alimentação no orçamento das famílias se reduz com a elevação da renda. De fato, tal relação pode não só ser observada em um dado momento do tempo (dados em corte transversal) como também verificada ao longo do tempo (dados em séries temporais). Por ser uma das regularidades empíricas mais bem estabelecidas na economia, essa relação é conhecida como lei de Engel, devido ao trabalho de Engel (1895). Assim, a representação gráfica da proporção das despesas com um item específico variando segundo a renda das famílias – alimentação, por exemplo – é chamada de curva de Engel e pode ser usada para ilustrar a lei de Engel (Chai e Moneta, 2010; Houthakker, 1987). Para o Brasil, no que diz respeito à categoria de despesas de alimentação, a evidência empírica sugere que a lei de Engel se verifica.

Nesse contexto, a evidência empírica também sugere que, além da renda, o padrão de consumo tem forte relação com questões de gênero, com o ciclo de vida e a composição e o arranjo familiar. No entanto, tal evidência apresenta uma escassez no que diz respeito à relação entre as questões que envolvem a interseccionalidade de gênero e raça do chefe de família. São escassos os estudos no Brasil que juntam a dimensão de cor/raça à dimensão de gênero para estudar o consumo. Os resultados em termos de bem-estar social para as famílias chefiadas por homens e mulheres cruzados por cor/raça mostram que esta análise é relevante e pode trazer subsídios para discussão de políticas públicas e ações efetivas na área.

Este *Texto para Discussão*, portanto, tem como objetivo preencher essa lacuna ao investigar o padrão de consumo das famílias brasileiras sob distintas características sociodemográficas, considerando o cruzamento de sexo e cor/raça. Para tanto, são estimadas curvas de Engel para

# SUMEX

seis categorias agregadas de consumo de bens e serviços (habitação, transporte, alimentação, saúde, educação e outras despesas), que trazem informações sobre a sensibilidade das famílias relativamente a variações na renda, entre outras variáveis sociodemográficas. As estimações são obtidas por meio de uma regressão por equações aparentemente não relacionadas – *seemingly unrelated regression* (SUR). A base de dados utilizada é a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada em 2017 e 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os achados apontam um padrão diferenciado de consumo conforme sexo e cor/raça. De forma geral, os resultados mostram diferenças de gênero no padrão de consumo das famílias com relação às despesas com habitação e transporte, independentemente da cor ou raça da pessoa de referência. No que diz respeito à habitação, mulheres gastam mais do que homens. No que se refere ao transporte, homens gastam mais do que mulheres. Quanto aos padrões de consumo por raça, os resultados sugerem que, nas despesas com alimentação, negros gastam mais do que brancos, independentemente do sexo da pessoa de referência. Nas despesas com saúde e educação, brancos gastam mais do que negros, sendo que, com relação à saúde, mulheres brancas tendem a gastar mais do que homens.

Alguns resultados da estimação econométrica mostram de forma mais detalhada os fatores que explicam tais distinções. Destaca-se que, para os gastos em saúde, o envelhecimento parece atingir de forma diferente o grupo de homens e mulheres brancos e o de homens e mulheres negros, sendo que para os brancos o envelhecimento parece vir acompanhado de maiores despesas com saúde. Outro dado importante diz respeito ao nível de escolaridade como fator relevante para maiores gastos em diferentes categorias de despesas. Para transporte, saúde, alimentação e educação, um chefe de família mais escolarizado induz maiores gastos nestes quesitos. Contudo, a interseccionalidade mostra

que o efeito é diferenciado segundo a cor/raça e o sexo do chefe de família. Os efeitos são sempre maiores para o grupo de homens e mulheres brancos comparativamente aos outros dois grupos. Em termos geográficos, identifica-se que morar em área rural parece ser menos custoso sobretudo para os chefes de família que são homens negros ou mulheres negras.

Com relação aos gastos com educação, os arranjos familiares com crianças e sem idosos têm as maiores despesas comparativamente aos arranjos sem idosos e crianças. Estes gastos são maiores em magnitude para famílias chefiadas por mulheres brancas, seguidas das chefiadas por homens brancos e depois por mulheres negras. Ou seja, as famílias com crianças têm, como esperado, maiores gastos com educação, mas sobretudo aquelas que são chefiadas por mulheres.

Em relação à questão de gênero, avanta-se que o padrão diferenciado de consumo está associado às normas sociais que atribuem a mulheres e homens papéis sociais peculiares, com as primeiras tendo suas funções vinculadas às responsabilidades domésticas e de cuidados e os segundos, à vida pública e provisão material. No que tange à questão racial, o padrão de consumo diferenciado guarda relação com a maior vulnerabilidade econômica e social que os negros experimentam em uma sociedade racista como a brasileira. Ao se cruzarem sexo e cor/raça, percebe-se que a sobreposição de vulnerabilidades por fatores identitários dá o tom de um padrão de consumo diferenciado.

Os resultados encontrados nesta pesquisa são um importante passo para a compreensão das diferenças entre hábitos de consumo alimentar no Brasil, e mostram-se um instrumento poderoso no auxílio da formulação e aperfeiçoamento de avaliação de políticas públicas direcionadas aos subsídios e à tributação sobre o consumo dos alimentos e aos efeitos de programas de transferência de renda às famílias de baixa renda.

Após o advento da maior crise sanitária do último século, compreender o padrão de consumo das famílias brasileiras pode ser um subsídio na proposição de políticas públicas mais eficazes na promoção de uma sociedade mais justa e com maior igualdade de gênero e raça.

## REFERÊNCIAS

CHAI, A.; MONETA, A. Retrospectives: Engel curves. **Journal of Economic Perspectives**, v. 24, n. 1, p. 225-240, 2010.

ENGEL, E. Die Lebenskosten belgischer Arbeiterfamilien früher und jetzt. **Bulletin de Institut International de Statistique**, v. 9, p. 1-124, 1895.

HOUTHAKKER, H. S. Engel's law. *In*: EATWEL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. (Ed.). **The new palgrave**: a dictionary of economics. London: The Macmillan Press, 1987. v. 2. p. 143-144.